

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
HABEAS CORPUS Nº 7000375-25.2019.7.00.0000/RJ

RELATOR: Gen Ex LUCIO MÁRIO DE BARROS GÓES.
PACIENTES: FABIO HENRIQUE SOUZA BRAZ DA SILVA, GABRIEL CHRISTIAN HONORATO, GABRIEL DA SILVA DE BARROS LINS, ITALO DA SILVA NUNES ROMUALDO, JOÃO LUCAS DA COSTA GONÇALO, LEONARDO OLIVEIRA DE SOUZA, MARLON CONCEIÇÃO DA SILVA, MATHEUS SANT'ANNA CLAUDINO e VITOR BORGES DE OLIVEIRA.
IMPETRANTE: PAULO HENRIQUE PINTO DE MELLO.
IMPETRADA: JUIZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 1ª AUDITORIA DA 1ª CJM.

DECISÃO
(Liminar)

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Paulo Henrique Pinto de Mello, inscrito na OAB/RJ sob o nº 98.746, em favor de FABIO HENRIQUE SOUZA BRAZ DA SILVA, 3º Sgt Ex, GABRIEL CHRISTIAN HONORATO, Sd Ex, GABRIEL DA SILVA DE BARROS LINS, Sd Ex, ITALO DA SILVA NUNES ROMUALDO, 2º Ten Ex, JOÃO LUCAS DA COSTA GONÇALO, Sd Ex, LEONARDO OLIVEIRA DE SOUZA, Sd Ex, MARLON CONCEIÇÃO DA SILVA, Sd Ex, MATHEUS SANT'ANNA CLAUDINO, Sd Ex, e VITOR BORGES DE OLIVEIRA, Sd Ex, todos servindo no 1º Batalhão de Infantaria Motorizada (Es), apontando como autoridade coatora o Juízo Federal da 1ª Auditoria Militar da 1ª CJM, responsável pela custódia, em razão do constrangimento ilegal consistente no decreto de prisão preventiva em desfavor dos Pacientes.

Alega o Impetrante, em síntese, que o decreto prisional foi proferido sem qualquer fundamentação fática ou jurídica, o que aponta para sua ilegalidade a dar fundamento à concessão da medida liminar requerida.

Aduz que os fatos se deram em área sob administração militar onde os Pacientes se encontravam em patulhamento regular de proteção de uma Vila de Sargentos, cujo entorno é cercado de comunidades conflagradas com diversas ameaças, violência e até ataques às guarnições como demonstram os autos do APF.

Sustenta a falta de fundamentação na decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva para um suposto crime em tese, cuja pena é de detenção de até 6 (seis) meses, previsto no art. 324 do CPM.

Argumenta que a decisão da magistrada determina a prisão preventiva com base exclusivamente no crime em tese, sem qualquer investigação a comprovar sua existência, e mais, sem indicar que tipo fato ou atos estariam ou teriam realizado os Pacientes, capazes de impedir suas liberdades provisórias.

Colaciona precedentes do STM no sentido de rechaçar a possibilidade de decretação de prisão preventiva sem fundamentação e em casos em que pena eventualmente aplicada seja menos gravosa como no caso em tela.

Conclui requerendo a imediata revogação da prisão preventiva decretada em desfavor dos Pacientes, até o julgamento definitivo do presente habeas corpus, onde pretende ver concedido, para garantir aos Pacientes o direito de responder em liberdade aos termos da investigação e a eventual ação penal decorrente da mesma, se houver.

Relatado o essencial, decido:

É sabido que a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional que se faz necessária apenas diante da patente existência da plausibilidade do pedido e quando revelada flagrante ilegalidade, sendo indispensável, ainda, a presença dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*.

Na hipótese, não obstante a presença do *periculum in mora*, correspondente à continuidade do cerceamento até o julgamento do mérito do pedido, o *fumus boni juris* não se mostra concreto após a análise perfunctória dos documentos que instruem o processo originário (7000461-63.2019.7.01.0001), mediante consulta ao *e-proc*.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Mário de Barros Góes - MINISTRO DO STM**, Matrícula 9036. Em 12/04/2019 11:09:48.
Para confirmar a validade deste documento, acesse: https://eproc2g.stm.jus.br/eproc_2g_prod/ e digite o Código Verificador **2516eccb67**

Com efeito, observa-se da leitura da Decisão, de 10/4/2019, que homologou e converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, que o magistrado fundamentou suas razões de decidir na consideração do fato atribuído aos flagranteados que, em tese, teriam sido flagrados cometendo crime militar, em virtude de terem, supostamente, disparado arma de fogo contra veículo particular, vindo a atingir civis, levando a óbito um civil e causando lesões em outro civil, durante serviço de patrulhamento em Operação Militar de Segurança das instalações militares na região dos Próprios Nacionais de Guadalupe-RJ, violando os princípios de hierarquia e disciplina militares.

Destacou a referida autoridade judiciária que, no caso em tela, foram desrespeitadas as regras de engajamento que devem pautar a atuação dos militares, o que culminou na prática delitiva.

Conclui-se, assim, que se encontra ausente o *fumus boni juris*, posto que, de plano, não há aparência de ilegalidade na decisão impugnada, inviabilizando uma medida cautelar.

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar, por falta de amparo legal, sem prejuízo de nova apreciação após o recebimento das informações pertinentes.

Oficie-se à Juíza Federal Substituta da Justiça Militar da 1ª Auditoria da 1ª CJM, para que preste as informações acompanhadas das peças processuais que entender necessárias ao esclarecimento do alegado pelo Impetrante, de acordo com as regras estabelecidas no art. 472 do CPPM e no art. 88, § 2º, do RISTM.

Em seguida, abra-se vista à Procuradoria-Geral da Justiça Militar da União, na forma do art. 88, § 3º, do RISTM.

Após, tornem-me os autos conclusos.

Intime-se.

Providências pela SEJUD.

Brasília, 12 de abril de 2019.

Ministro Gen Ex LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES
Relator



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Mário de Barros Góes - MINISTRO DO STM**, Matrícula 9036. Em 12/04/2019 11:09:48.
Para confirmar a validade deste documento, acesse: https://eproc2g.stm.jus.br/eproc_2g_prod/ e digite o Código Verificador **2516eccb67**